

## Um olhar (dos anos 60) sobre Portugal

### I

Em 1964 a *Análise Social* publicava um número especial comemorativo do cinquentenário do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF) sobre os «aspectos sociais do desenvolvimento económico em Portugal». A encabeçar o número, A. Sedas Nunes escrevia um artigo intitulado «Portugal, sociedade dualista em evolução». O texto é um excelente documento de uma visão da economia e sociedade portuguesas que o autor elaborava e defendia, como mentor de uma corrente intelectual de inspiração católica que ao tempo se afirmava, em crescendo, como consciência crítica do Portugal bloqueado no seu desenvolvimento sócio-económico.

*Olhar hoje* esse mesmo olhar sobre uma realidade datada, que incluía, afinal, a própria representação que sobre ela construía quem a observava de dentro, é o tema desta reflexão.

Nessa análise, mais precisamente, interessa-me considerar aspectos de algum modo complementares, mas que convirá destrinçar, à partida, com a precisão possível. Quando, três décadas mais tarde, se olha para trás na história portuguesa e do contexto mundial envolvente, várias coisas que surgem hoje óbvias eram no tempo opacas ou simplesmente ignoradas. Este *looking back with no anger*, parafraseando um título célebre de uma peça de Osborne, permitirá talvez contextualizar esse olhar dos anos 60 e realçar-lhe facetas menos percebidas, embora hoje talvez mais relevantes na conjuntura histórica e ideológica dos anos 90, tão diversa da década das revoltas estudantis e da revolução cultural chinesa. Esta, a primeira parte da análise.

A segunda pista refere-se à perspectiva «sociológica» embrionária de Sedas Nunes na sua análise da sociedade portuguesa, perspectiva de que, sem dúvida, é grande pioneiro em Portugal, mas que creio ter pouco ou nada a ver com a perspectiva hoje dominante nos estudos sociológicos entre nós. Para o bem ou para o mal, não me interessa discutir isso (se tal faz sentido, em qualquer caso); irei apenas tentar mostrar onde está porventura a diferença.

---

\* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

A última pista que tentarei seguir refere-se à questão — tão cara a Sedas Nunes nos seus cursos de *História das Doutrinas Económicas e Sociais* — do próprio significado da «doutrina social», no contexto da globalidade do pensamento social, deliberadamente assumido ou não como científico.

As três questões enunciadas estão relacionadas entre si, ao menos no espírito de quem escreve, como procurarei mostrar. De qualquer forma — convém dizê-lo claramente —, o meu propósito *não é*, nem juntar mais um pedaço a qualquer elogio póstumo de A. Sedas Nunes (não creio que os mortos precisem disso, e sobretudo se são ilustres), nem recordar o passado, em jeito de memórias saudosas de qualquer coisa que então existia e hoje não. O propósito é apenas tentar perceber melhor uma trajectória vivida da dinâmica histórica portuguesa recente, na presunção (quase certamente vã) de tal ajudar a situar melhor o presente, este interpretado, afinal, como *um futuro que não foi como se pensava* nos anos 60 e que se consumou (felizmente!) no «inesperado» e «imprevisto», requintadamente mesclado de elementos «esperados» e «previstos». Requite e mesclas de que só Deus e (ou) a história são capazes.

## II

As principais teses do citado artigo de A. Sedas Nunes poderão resumir-se no seguinte:

- 1) Existe na sociedade portuguesa da época um «dualismo social e económico característico dos países em desenvolvimento» (*Análise Social*, n.ºs 7-8, p. 407);
- 2) Da análise efectuada recolhe-se «a imagem de uma sociedade onde, à margem e ao redor de algumas restritas áreas socialmente privilegiadas, nas quais os diversos elementos utilitários da civilização moderna atingiram já um grau notável de difusão, perdura e se estende toda uma zona social muito mais extensa, imersa em condições de vida e formas de civilização tradicionais» (*ibid.*, p. 415). Além disso, «os lugares privilegiados de radicação da sociedade moderna em Portugal continental são, mais propriamente do que os distritos de Lisboa e do Porto, os grandes aglomerados urbanos que estes distritos albergam [...]» (*ibid.*, p. 421);
- 3) Verifica-se no amplo «sector tradicional» da sociedade portuguesa um amplo movimento de fuga e abandono, «numa escala sem precedentes» (*ibid.*, p. 427). Admitindo certas hipóteses, estima-se que entre 1951 e 1964, no mínimo, 1 300 000 rurais terão abandonado o seu meio de residência e trabalho em busca de oportunidades para uma vida melhor;
- 4) A «sociedade moderna em Portugal é [...] uma sociedade em processo de modernização cumulativa [...] tentar apreender a forma, o sentido e o alcance de tal movimento é essencial, porquanto constitui um dos quadros de referência básicos da problemática portuguesa».

Convém acrescentar que A. Sedas Nunes afirma adoptar uma óptica de análise «mais sociológica do que económica». Essa análise, todavia, obedece à preocupação de «fornecer ao economista conclusões e perspectivas de que ele se possa servir», acrescentando ser «para a investigação interdisciplinar que se deseja fazer apelo» (*ibid.*, p. 407).

Que havia de inovador nesta leitura da realidade portuguesa dos começos da década de 60? A. Sedas Nunes, como já é sabido, fazia parte de um grupo restrito, mas influente, de intelectuais e investigadores sociais (entre eles F. Pereira de Moura) que na altura beneficiavam de um estatuto muito particular na sociedade portuguesa, que, aliás, também o autor destas linhas partilhou: por um lado, eram críticos nas suas análises, que surgiam como cientificamente fundamentadas e «objectivas» na base empírica de que se socorriam; por outro lado, pertencendo ao meio católico e (até certa altura) próximo da hierarquia da Igreja, não era nem fácil nem cómodo ao poder constituído cortar-lhes a palavra. Esse estatuto de algum modo ambíguo — estar «dentro» do regime político para criticá-lo indirectamente, mas cada vez com maior virulência — permite desenvolver-se e exprimir-se um pensamento crítico da sociedade portuguesa, de que Sedas Nunes era, sem dúvida, um dos principais expoentes na década em referência. A «novidade» desse pensamento não reside, pois, tanto no domínio da teoria ou do paradigma científico, mas sim na intenção de fazer avançar uma *consciência crítica da sociedade portuguesa, em grande parte baseada nos métodos de investigação das ciências sociais*.

É interessante notar que a «matriz teórica» destas análises não era bem definida e razoavelmente amadurecida, mas sobretudo heurística e combinando instrumentos e conceitos de diversa procedência. O citado artigo de Sedas Nunes, por exemplo, remete, em conclusão, para análises e conceitos de François Perroux, mas o chamado «estruturalismo latino-americano» está também subjacente à pesquisa. Esta afirmação, a meu ver, não diminui em nada o mérito e a coragem intelectual destes pioneiros dos tempos difíceis, mas forçoso é reconhecer que não se chegou a formar propriamente — nem então nem depois — uma escola ou corrente de autores portugueses interessados, segundo abordagem própria, na problemática do desenvolvimento do seu próprio país, como sucedeu ao tempo em países latino-americanos e noutros países da Europa do Sul (pelo menos em Itália).

### III

De qualquer forma, interessa-me destacar alguns problemas que só retrospectivamente assumiram importância na minha consciência. Sei hoje, como muitos outros, que algo de importante surgiu nos anos 60, algo de que então só me apercebia muito vagamente. E julgo que o mesmo se passava com Sedas Nunes (talvez seja até absurdo pensar que poderia ser de outro modo).

Os pontos que quero aqui destacar referem-se ao primado da ideologia, à marginalização cultural portuguesa e ao retardamento de um processo de internacionalização no pensamento de A. Sedas Nunes, mas de forma (como dizer?) não assumida e consciencializada, ou apenas parcialmente.

O tema das ideologias foi familiar a Sedas Nunes, quer como sociólogo, quer como historiador do pensamento económico e social. A ideologia, além do mais, estaria sempre próxima da doutrina, e esta merecia atenção e realce, quanto mais não fosse, pela existência da «doutrina social da Igreja», outro tema de que Sedas Nunes foi importante expoente em Portugal, mas num período que pertence mais a uma fase anterior à que nos interessa aqui realçar (primeira metade dos anos 60). O que, porém, hoje é flagrante, mas não o era na época, é que se aproximava um período áureo de radicalismo ideológico, pleno de projectos revolucionários, que só se exprime completamente em Portugal cerca de dez anos mais tarde, já depois da queda da ditadura. Nesta perspectiva, pode dizer-se que a primeira metade dos anos 60 em Portugal, incluindo a crise estudantil do ano lectivo de 1961-1962, ainda é muito endógena, ao contrário da segunda, em que a influência ideológica «exógena» é mais determinante. Ora, dada a conjuntura histórica que se vive, à medida que a componente ideológica da sociedade portuguesa se «moderniza» (mesmo que ainda largamente desfasada em muitos aspectos), torna-se igualmente mais radical na crítica à ordem estabelecida e a influência intelectual de Sedas Nunes reduz-se significativamente. Isto sucede quando está em formação a grande vaga revolucionária, que também chega a Portugal, depois de gerada um pouco por todo o lado, na Europa, na América, na Ásia, na África, nas lutas das várias «gerações de utopia», na expressão sugestiva do escritor angolano Pepetela, também ele grávido da sua utopia na Lisboa do início dos anos 60. É de notar que, enquanto alguns, como F. P. de Moura, radicalizam a sua postura política e ideológica, em sintonia com o movimento histórico, a postura de Sedas Nunes torna-se cada vez mais institucional e distanciada da prática social da época.

Ocorre formular então algumas questões, em parte suscitadas pelo próprio trajecto intelectual e existencial de Sedas Nunes no período que era, afinal (e isso todos sabíamos), a agonia de uma ditadura que perdia credibilidade interna e externa, aguardando, impotente, o colapso que se adivinhava.

Como explicar o vazio ideológico português — do lado dos que, de uma forma ou de outra, estavam contra o «sistema» e desejavam algo melhor — numa conjuntura europeia e mundial em que «tudo» era esperado e desejado, nas utopias mais bizarras que pareciam ao alcance da mão?

Como explicar ainda, por exemplo, às novas gerações dos anos 90 que elementos destacados das novas gerações dos anos 60 pensavam fazer em Portugal — e alguns tentaram, de facto, anos mais tarde — revoluções de Terceiro Mundo, com ingredientes «à chinesa» ou «à cubana»? Notando ainda, convirá lembrá-lo, que alguns deles são destacados protagonistas na presente conjuntura política portuguesa, de tão descolorida e monocórdica textura

ideológica. A questão aqui colocada tem, afinal, a ver com um tema favorito do pensamento mais criativo de Sedas Nunes ainda na sua juventude: a relação entre o pensamento e a prática social, o condicionamento mútuo entre ideologia e ciência, o terreno da doutrina como lugar do difícil confronto entre filosofia e valores, de um lado, e exigências práticas da acção, por outro lado, tudo isto, além do mais, na esteira da influência de Mounier e de *Esprit*, tão forte no meio católico «progressista» do Portugal dos anos 60. Voltarei a isto mais adiante.

Na realidade, voltando ao pensamento de Sedas Nunes na época em referência, é-me difícil afirmar se se vai calando por saber que é menos ouvido, ou se é menos ouvido por ter menos que dizer. Esboço apenas uma hipótese: a inteligência crítica de raiz católica que emerge na sociedade portuguesa no princípio dos anos 60 perde a identidade e a audiência que inicialmente a caracterizavam, à medida que a pressão ideológica exógena predomina sobre um pensamento próprio da realidade portuguesa, que certamente sofria de algumas das limitações que o próprio objecto criticado — a sociedade coagida num regime bloqueador da «modernização» — produzia na ideologia dos seus críticos.

Simplificando muito, dir-se-á que a ideologia modernizadora da sociedade portuguesa, de que o nosso autor é destacado expoente, é rapidamente tornada obsoleta na conjuntura ideológica interna e externa a Portugal no final dos anos 60 e princípios dos anos 70. E, quando esse discurso volta a ganhar actualidade — digamos, a partir dos meados dos anos 80 —, já se perderam aqueles antecedentes da ideologia modernizadora na consciência social dominante ou já não interessa recordá-los.

Em cerca de vinte anos, pois, uma ideologia incipiente de modernização sofre um ciclo de sintonia com o movimento histórico de Portugal no contexto europeu e mundial, em que no fim e no princípio o termo *desenvolver é mais* do que o crescimento económico, mas *menos* do que um projecto global de transformação social, utópico mesmo que não assumido como tal, e por isso mesmo mobilizador do movimento social. Estaremos a regressar à fase anterior deste ciclo na década final do século?

#### IV

Como sociólogo, Sedas Nunes é um autodidacta. Licenciado em Ciências Económicas e Financeiras, não poderia ter aprendido na universidade portuguesa aquilo que nela não se ensinava. Nem se podia ensinar, pois «sociologia» era termo demasiado próximo de «socialismo» para o poder salazarista, que (justamente!) via no socialismo o principal adversário. Mas a sociologia de Sedas Nunes, sendo moderada, rigorosa e ecléctica, era (talvez por isso mesmo) insidiosamente subversiva na época em que fui seu aluno (meados dos anos 50)

e ainda quando regresssei ao ISCEF como assistente e seu substituto na regência da História das Doutrinas. Creio que três coisas constituíam o fulcro da mensagem subversiva:

- A intenção de ir além da visão puramente económica (então em ascensão) e procurar o «fenómeno social total». Como passar, nessa procura, sem pôr em questão o próprio processo histórico e daí interrogar o (possível) sentido da história?
- A exposição aprofundada do materialismo histórico, sem dúvida numa perspectiva crítica, mas sem as facilidades e desonestidades intelectuais da ideologia corporativista do regime. É bom lembrar que se estava na época do diálogo (talvez de surdos) entre católicos e marxistas e que, em qualquer caso, pela porta do materialismo histórico se chegava depressa à crítica radical do capitalismo. Mais convincentemente do que pela porta da doutrina social da Igreja, aliás.
- Enfim, a análise da economia e sociedade portuguesas na perspectiva típica do artigo que citei atrás. E, neste aspecto, Seda Nunes coloca-se humildemente (ao menos na aparência) na perspectiva complementar do economista, já que esta era a categoria técnica e intelectual em ascensão e também a mais temida pelo regime.

Esta «sociologia» era, pois, global, crítica e interventora. Fazia, sem dúvida, parte de um contexto histórico, não apenas português, em que tais atitudes surgiam então como naturais ao pensamento social. Na realidade, pensando nos programas de investigação dos centros em que me encontrei sob a direcção de Seda Nunes entre o final dos anos 50 e os últimos anos do regime, quinze anos depois, grande parte das temáticas correspondiam — sobretudo na primeira fase do período — às grandes questões da política social do tempo: sindicalismo, políticas de salários, segurança social, desenvolvimento económico e social, educação e recursos humanos... Curiosamente, tratava-se, pois, de uma sociologia assente numa ambígua relação com o poder: precisando deste para subsistir, mas tendo como principal *raison d'être* a sua crítica, paciente e educada, mas bem apontada aos fundamentos desse mesmo poder.

Apesar das dificuldades evidentes opostas à investigação social por um regime ditatorial e reaccionário, atrevo-me, todavia, a dizer que, em certo sentido, a pureza da investigação era então mais fácil do que hoje. Não havia qualquer risco de essa investigação servir poderes constituídos na base do dinheiro, como hoje sucede, e os obstáculos defrontados pela investigação tinham ampla compensação subjectiva, no convencimento de que se estava decisivamente a contribuir para a «modernização» e o «progresso» da sociedade portuguesa, fossem quais fossem os sentidos profundos desses termos.

Ingénuas e abençoadas são as crianças, pois.

## V

Sedas Nunes, quando professor do curso de História das Doutrinas Económicas e Sociais, dedicou muito do seu tempo de (então) jovem investigador à temática das doutrinas sociais. Talvez que o interesse tenha surgido de uma investigação prévia sobre a doutrina social da Igreja e o corporativismo, temas sobre os quais publicou obra importante ainda na década de 50. De qualquer forma, cedo se desvaneceu o seu interesse por uma temática de alcance teórico limitado e que, afinal e em rigor, não tinha destinatário em Portugal — tanto por excesso como por defeito dessa doutrina, conforme a classe de referência...

Mas o que pessoalmente mais me interessou na perspectiva de Sedas Nunes nesta matéria — e não estou certo de traduzir fielmente o seu pensamento neste assunto, ou tão-somente retive o que eu próprio dele preferi — reside na análise da interacção entre o pensamento e a prática social. Os «factos» condicionam decisivamente as teorias e as doutrinas (bom exemplo disso é a própria mensagem doutrinária de Sedas Nunes no contexto português que tenho referido), mas — diz-nos o autor em causa — o nosso tempo está (estaria?) maduro para um maior afeiçoamento dos factos ao pensamento, à «doutrina», já que esta dispõe de técnicas poderosas de transformação social. Ou, dito de outra forma, é preciso que a doutrina estabeleça a ponte entre os poderosos meios de mudança social e os valores de que o homem não pode dispensar-se na tentativa de orientar essa mudança. Existe aqui, pois, certo voluntarismo e, paralelamente, a convicção de que o progresso é possível e significativo na história, mesmo que não seja entendido como «fatalidade feliz». Os doutrinadores do progresso são, assim, precisos.

Estava-se, pois, longe da especulação pós-moderna (não é jogar com as palavras: tratava-se ainda de modernizar *Portugal*) e da convicção de um fim (termo) da história na versão de Fukuyama relendo Hegel. Mas, olhando agora, dos anos 90, aquilo que chamei um olhar dos anos 60 sobre Portugal, não posso evitar certo sentimento de efectivo fim, e se não *da*, ao menos *desta*, história. No sentido que passo a expor.

No pensamento dos que integraram essa *geração da utopia* a que Pepetela alude e em que Sedas Nunes, à sua maneira, também se integrou na fase mais criativa e dinâmica da sua vida existia a convicção de que era possível transformar a sociedade segundo um projecto racional. Ser, por exemplo, contra o tradicional e a favor do moderno significa agir no sentido de destruir os «obstáculos» ao progresso, à abertura da sociedade e aos impulsos favoráveis à modernização, etc. Para ter esta convicção não é necessário acreditar no movimento inelutável e ascendente da história (embora isso ajudasse!). Sedas Nunes não partilhava dessa crença. Mas também não cria que a história apenas fosse «som e fúria» ou a viagem de um nave de loucos. No fundo, simplesmente, acredita que, sem esgotar os dramas e problemas da condição humana, realizar a democracia política e reformar a economia de mercado (chamemos-lhe assim, como hoje convém), dando-lhe certo conteúdo social (no sentido do *welfare state*), seria

como que passar das trevas à luz, do obscurantismo reaccionário à proximidade das luzes da razão humana.

Estamos aí? O optimista responderá que, se era esse o futuro desejado nos anos 60, ele está aí realizado; o pessimista poderá, ao contrário, dizer que se trata de uma falsificação ou caricatura desse futuro desejado. Não me interessa aqui entrar em tal debate, o ponto relevante é outro. O ponto relevante, a meu ver, é o possível fim histórico do intelectual doutrinador, arauto do progresso, pioneiro da modernização, profeta dos futuros luminosos... que sei eu.

Usando uma expressão que me vem de autores norte-americanos, estamos em sociedades *pós-revolucionárias* e não pré-revolucionárias como era Portugal e muitas outras dos anos 60. Em sociedades também que mudam vertiginosamente, em ritmos e processos mal compreendidos e sem que isso signifique realização de um projecto, em que se assiste ainda a «expectativas decrescentes» e ao questionamento total da ideia de progresso. Ao mesmo tempo que a mundialização e globalização do sistema económico triunfante e sem adversário conhecido mercantiliza as relações sociais a um escala nunca vista. O que é feito do pensamento doutrinário (como conceito) de que se ocupou Sedas Nunes? Não creio que a ideologia (quer no sentido de Marx, quer de Schumpeter) esteja para desaparecer, bem ao contrário; quanto à utopia, admito que se torne socialmente tão necessária como noutras épocas o foi. Mas a *doutrina* no sentido de guia para acção, situada entre a filosofia e a prática social — incluindo nesta a própria investigação científica —, não lhe encontro o sítio em Portugal nesta década de 90. Em linguagem crua e tosca de economista profissional, é produto que não tem (aparentemente) nem procura nem oferta. É claro que não estou a classificar nessa categoria — de pensamento doutrinário — o discurso da política profissional. No sentido de Sedas Nunes, trata-se de algo muito superior a isso: talvez seja adequado utilizar a imagem de uma certa *engenharia social*, empregando valores, técnicas de acção social e conhecimento científico da realidade societal. Qualquer coisa também que pudesse merecer o título: a *sociedade óptima e possível, modo de usar*. Creio que foi um pouco isto que Sedas Nunes e outros procuraram no Portugal dos anos 60. Talvez já não faça sentido procurá-lo no mesmo sítio trinta anos depois. Porventura só à escala planetária, conjugando ecologia, desenvolvimento «humano» (no sentido dos relatórios do PNUD) e outras coisas ainda necessárias e urgentes. Mas que já não fará grande sentido — em termos de pensamento social — procurar à escala de uma pequena região europeia que se vai assumindo como tal, creio que de forma irreversível. Algo, aliás, que Sedas Nunes teria, provavelmente, desejado que acontecesse e teria recomendado no seu pensamento doutrinário, se lhe tivesse surgido oportunidade para isso, nessa distante década dos anos 60 a que me reporto.